

Segundo a lei que rege o SUS, atendimentos relativos à Atenção Básica (consultas e exames) são de responsabilidade dos municípios, não do Governo do Estado. A testagem também é descentralizada aos serviços municipais de saúde. Lembramos que o Maranhão é um dos cinco estados brasileiros em que se realizou o maior número de testes para coronavírus. Supletivamente à ação dos municípios, há testes disponíveis nos hospitais estaduais.

O Governo do Estado mantém uma rede de hospitais para internações, em todas as regiões do Maranhão. Essa rede foi ampliada durante esta pandemia, com a abertura de mais 12 hospitais, sendo quatro de campanha e 8 definitivos, além do aumento de leitos em todos os demais hospitais regionais e macrorregionais.

Sobre as cidades mencionadas, informamos que internações hospitalares tem as seguintes referências:

- a) Cururupu - Santa Casa - mantida com apoio do Governo do Estado e Hospital de Pinheiro;
- b) Icatu - Hospitais de Morros e de São Luís;
- c) Anajatuba - Hospital de Itapecuru;
- d) Matinha - Hospital de Viana;
- e) Santa Rita - Hospitais de São Luís.

Em todos esses hospitais há leitos disponíveis para coronavírus, mediante encaminhamento feito pelas redes municipais, via Central de Regulação, conforme procedimento legal. Todavia, desde o início da pandemia, as equipes da Força Estadual de Saúde tem se deslocado para atendimento aos povos indígenas e comunidades quilombolas, em complemento às ações que legalmente cabem aos municípios ou Governo Federal (no caso da saúde indígena). A exemplo, temos um grupo de trabalho interinstitucional, da Secretaria de Estado da Saúde (SES) em parceria com a pasta de Igualdade Racial (Seir), que cumpre agendas prioritárias, inclusive, atuando na questão do fluxo de ações específicas para estes povos.

A frente de trabalho defende que os municípios notifiquem e qualifiquem informações de casos em povoados da zona rural, para que seja possível mapear, também, eventuais casos em comunidades quilombolas. E no que tange aos municípios acima citados, a SES realiza videoconferências com as 18 regiões de Saúde, fortalecendo a assessoria e monitoramento com gestores regionais. É neste processo de governança junto aos municípios que o Governo do Estado vem atuando para que o fluxo de informações seja transparente e eficaz, de modo que, quando necessário, os pacientes com quadro moderado da doença, possam estar devidamente regulados e aptos a receberem assistência em unidades da rede estadual de saúde.